

14 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

Prisões para quem?

Sistema carcerário brasileiro não cumpre sua missão; país precisa aprofundar debate sobre função das penas privativas de liberdade

Para que servem as prisões?

A pergunta precisa ser levada a sério. Deveria ser o ponto de partida de toda discussão a respeito do sistema carcerário brasileiro. De sua resposta depende o encaminhamento de soluções para monstruosidades como as registradas em Pedrinhas, maior penitenciária do Maranhão.

Até o século 18, prevalecia a noção de que a finalidade das sanções penais era fazer o criminoso pagar por seus atos delituosos. Regras como “olho por olho, dente por dente” ou os castigos físicos impingidos nas masmorras medievais constituíam somente desdobramentos dessa tese.

Desse ponto de vista, quem ainda hoje nega direitos humanos a delinquentes talvez entenda que ninguém deveria se preocupar com a selvageria dentro das cadeias; os maus-tratos seriam espécie de bônus não previsto no Código Penal.

Mas entre os 548 mil indivíduos entulhados em 310 mil vagas sob a custódia do Estado brasileiro, 195 mil são presos provisórios —sem condenação definitiva. Além disso, calcula-se que mais de 5% estejam indevidamente encarcerados.

Mesmo que sevícias ainda fossem aceitáveis nas democracias atuais, seria forçoso reconhecer que, nas penitenciárias brasileiras, o suplício não preserva nem pessoas que podem ser inocentes.

A humanidade, felizmente, avançou muito desde o final da Idade Média. O Estado moderno não abre mão —ao menos em teoria— de proteger os direitos humanos de todos, indistintamente.

No que respeita às sanções penais, também houve notáveis progressos. Ao caráter punitivo acrescentaram-se três funções: evitar novos danos à sociedade; dissuadir outros cidadãos de cometer um delito; ressocializar o criminoso.

Não é preciso esforço para notar que o sistema carcerário brasileiro é mais medieval do que moderno.

As punições, no cotidiano prisional, extrapolam o aceitável e não guardam proporção com o crime cometido. Há muito tempo o horror das cadeias é descrito em relatórios da ONU e do Conselho Nacional de Justiça, mas o vídeo divulgado por esta **Folha** com imagens de Pedrinhas mostrou que qualquer adjetivo é mero eufemismo.

Chega a ser surreal esperar ressocialização após uma temporada numa instituição mais propensa a retirar dos prisioneiros o que lhes resta de humanidade. As penitenciárias são antes escolas do crime, e estima-se que mais de 60% dos detentos retornem a elas.

Diante de reincidência tão elevada, soa pueril falar em dissuasão. De resto, a certeza da condenação presta-se mais a esse propósito do que a gravidade da pena. No Brasil, porém, menos de 10% dos homicídios resultam em prisão.

Sobraria ao cárcere a função de afastar bandidos do convívio social, protegendo os demais cidadãos. Mas nem isso ocorre. Partem, de dentro das celas, ordens de comando para ações criminosas nas ruas, como o ataque cruel que matou Ana Clara, 6, na região metropolitana de São Luís.

CONTINUA

14 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

As prisões, como se vê, têm servido para muito pouco, ou nada.

O momento é oportuno para discutir uma reorientação radical do sistema. Esta **Folha** tem defendido há mais de uma década que as penas privativas de liberdade deveriam ser reservadas apenas a infratores que empreguem violência ou grave ameaça em seus crimes.

A tese pode causar surpresa, mas seu fundamento é racional. Baseia-se no princípio de que o encarceramento só é necessário a fim de apartar indivíduos violentos da sociedade, interrompendo a ameaça que representam; nos demais casos, as funções da pena deveriam ser atendidas com medidas de natureza menos medieval.

A punição pode ocorrer na forma de multa, restrições de direitos (impedimento de viajar ou de exercer uma atividade, por exemplo) e sanções alternativas — desde que suficientemente duras e proporcionais ao delito.

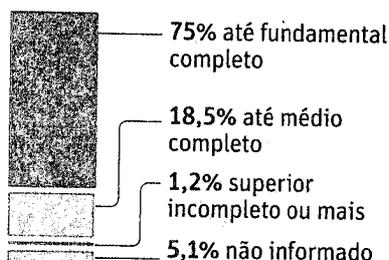
Além de implicarem uma retribuição social inexistente na prisão, as alternativas penais, segundo diversos estudos, são muito mais eficientes para prevenir novas infrações, com índice de reincidência oscilando entre 5% e 12%.

O custo também é muito menor. Um preso comum não sai por menos de R\$ 24 mil/ano (sem contar a construção de presídios, que demanda R\$ 33 mil por vaga); o gasto anual com pena alternativa pode ficar abaixo de R\$ 500 por pessoa.

Some-se ainda outra vantagem: a diminuição da população carcerária, tornando mais fácil monitorar os prisioneiros. Como consequência, facções criminosas seriam afetadas, já que a superlotação é benéfica para elas. Hoje, indivíduos pouco perigosos terminam, voluntariamente ou à força, servindo aos interesses dos chefes dentro das cadeias.

Não há, portanto, razão para manter o sistema prisional brasileiro inalterado. Dos pontos de vista pragmático e filosófico ou da perspectiva dos direitos humanos, sobram motivos para o país iniciar um novo debate sobre o tema.

ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA*



* Com base em 513.713 detentos, sem contar 34.290 presos em delegacias
Fonte: Ministério da Justiça

14 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

Detentos com problemas mentais dormem em ginásio em Pedrinhas

Sem vagas de internação, 13 presos ficam isolados em quadra do presídio maranhense

Governo afirma que detentos estão em 'salão adaptado'; denúncia aponta falha em oferta de remédios

Beira a loucura, mas Dinaleia de Jesus Mendes, 41, está em busca de uma cela — um xadrez, como prefere dizer — para seu filho.

Sob a tutela do Estado, Eugênio de Jesus Souza, 25, nem sequer tem direito a um lugar atrás das grades.

Segundo a família, ele e outros 13 presos, todos com diagnóstico de doença mental, dormem na quadra do presídio São Luís 1, um dos que compõem o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, o maior do Maranhão.

Sem a proteção de uma cela, Eugênio está submetido ao vento e ao frio — e Dinaleia desabafa: “Está chegando o inverno, fico preocupada de ele pegar uma pneumonia”.

O presídio São Luís 1 foi projetado para 102 homens, mas está atualmente com 250.

Outra razão para o abrigo improvisado, segundo a mãe, é evitar que pacientes psiquiátricos se misturem aos detentos do Bonde dos 40, facção da capital rival da PCM (Primeiro Comando do Maranhão), do interior do Estado.

A mãe resume a rotina diária de Eugênio: “dorme na quadra, almoça, janta, merenda, tudo na quadra”.

Eugênio está há dois meses no presídio. Antes, passou internado a metade do ano no hospital psiquiátrico Nina Rodrigues, em São Luís. A mãe diz não entender por que o filho recebeu alta.

Ele pede a Dinaleia que lhe consiga uma cela, “de preferência na ala dos crentes [evangélicos]”. Assim, Eugênio poderá receber visitas da mulher e dos dois filhos.

SEM INTERNAÇÃO

A mistura de doentes mentais com outros detentos não se limita às queixas de parentes. Relatório do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) já denunciava a falha em 2011.

O documento apontava ausência de local adequado para presos com transtornos mentais. Mais: juízes afirmaram que havia hospitais psiquiátricos que se recusavam a receber pacientes porque o Estado possuía “dívida vultosa” com essas instituições.

Além de espaço, faltam também remédios para controlar surtos em pacientes, segundo a Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

Os presídios, conforme a denúncia, passaram três meses em 2013 sem ofertar psicotrópicos a quem tinha prescrição médica. E o efeito foi imediato: sem medicação, um detento fora de controle quebrou uma grade.

Procurado, o governo do Maranhão informou que os detentos estão num salão que foi adaptado, “com a devida estrutura”, e também têm direito ao banho de sol.

Segundo o governo, todos serão transferidos assim que forem concluídas as reformas em uma ala do Hospital Estadual Nina Rodrigues.

A Secretaria de Estado da Saúde diz que não tem dívida com clínicas psiquiátricas.

“Meu filho dorme na quadra, almoça, janta, merenda, tudo na quadra

Está chegando o inverno, fico preocupada de ele pegar uma pneumonia

DINALEIA DE JESUS MENDES, 41
mãe de detento do presídio de Pedrinhas, no Maranhão, que foi diagnosticado com problemas mentais

14 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

DEPOIS DE AMARILDO

A OAB-RJ tenta obter há três meses informações oficiais sobre número de desaparecidos e de autos de resistência (mortes em confronto) no Estado do Rio. A entidade ainda não recebeu os registros da Polícia Civil e do Tribunal de Justiça, essenciais para montar um banco de dados sobre violência policial. “É uma verdadeira caixa-preta”, diz o presidente da Ordem, Felipe Santa Cruz.

AMARILDO 2

A mobilização da OAB-RJ em torno do tema começou em agosto, com o projeto Desaparecidos da Democracia — criado após a morte do pedreiro Amarildo. Segundo Cruz, conhecer o problema em detalhes é importante para entendê-lo e combatê-lo. “Todo dia recebo e-mail de alguém dizendo que conhece um novo caso Amarildo.”

AMARILDO 3

A Polícia Civil informa, em nota, que o pedido da Ordem está em análise na assessoria jurídica, por causa do “caráter sigiloso dos dados”, e uma resposta deve sair nos próximos dias. O Tribunal de Justiça declara ter solicitado critérios específicos para a consulta, “tendo em vista a abrangência e complexidade do pedido”. As informações enviadas pelo Ministério Público, único órgão que atendeu à solicitação, estão sendo avaliadas pela OAB.

Ciclista morre no Paraná ao ser arrastado por 6 km

Atropelador estava bêbado, apontou teste

Um ciclista de 31 anos morreu na noite de sexta, na região metropolitana de Curitiba, ao ser atropelado por uma caminhonete e arrastado por 6 km sobre o para-brisa.

O motorista, José Adil Simioni, 58, estava bêbado. Ele foi preso em flagrante. O teste indicou que Simioni tinha 2 miligramas de álcool por litro de ar — limite máximo aferido pelo bafômetro.

“Ele estava tão embriagado que não falava coisa com coisa”, afirmou ontem o superintendente da guarda municipal de Pinhais, José Arildo de Oliveira.

O atropelamento ocorreu na BR-116, por volta das 21h. Com a batida, o ciclista Marco Aurélio Sadlovski atravessou o para-brisa do carro, na altura do banco do passageiro, e ficou preso pelo vidro.

O motorista seguiu com Sadlovski atravessado no vidro até ser forçado a parar por motociclistas que viram a colisão. A vítima já havia morrido.

Sadlovski tinha dois filhos e trabalhava como pedreiro.

Já Simioni é caminhoneiro aposentado e seguia para casa, em Pinhais.

Segundo seu advogado, Julio Cezar Rodrigues, Simioni está traumatizado. “Agora é que caiu a ficha. Ele queria saber como ficou a família do rapaz, o que estão fazendo. Está arrasado.”

O motorista deve responder à acusação de homicídio doloso, quando há intenção de matar ou se assume esse risco, e de dirigir embriagado.

14 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

OPINIÃO

Liminar que proíbe encontro assegura 'direito à segregação'

PEDRO ABRAMOVAY
ESPECIAL PARA A FOLHA

São raríssimos os casos em que a decisão do juiz não deve analisar com cuidado dois direitos distintos.

Por isso é tão difícil a tarefa de julgar. A lei provoca contradições entre direitos. Quase sempre.

O caso dos “rolezinhos” não foi diferente. Um juiz concedeu uma liminar afirmando que se os jovens da periferia levassem adiante sua intenção de comparecer em conjunto a shopping centers para realizar a prática do já famoso “rolezinho”, seriam multados em R\$ 10 mil.

O próprio juiz admitiu que havia um conflito de direitos. O direito de manifestação dos jovens da periferia e o de propriedade dos donos do shopping. O juiz diz que o direito de propriedade deve prevalecer porque há outros espaços mais apropriados para manifestações.

Essa resposta do juiz veio em uma liminar. O que significa que apenas um lado foi ouvido: o lado dos donos de shopping. E só isso pode explicar o fato de se imaginar que o “rolezinho” pode ser feito nas ruas.

O que pedem os “rolezinhos”? Sem danificar o patrimônio e sem registros de furtos, jovens da periferia querem circular por espaços que lhes são proibidos. Espaços segregados. Segregados, até agora, não pela força do direito, mas porque não há nada ali que lhes seja acessível.

O grande problema da decisão é que ela assegura um direito à segregação.

Shoppings são espaços de livre circulação. Impedir a entrada de alguém em estabelecimento comercial por motivo de discriminação ou preconceito é crime.

Admitir que só algumas pessoas podem circular por lá, com policiais e oficiais de Justiça analisando quem pode ou não entrar, oficializa a discriminação.

Na verdade, não se trata apenas do conflito entre direito de propriedade e de manifestação. Trata-se de uma nova agenda de desigualdade que não se encerra em programas de transferência de renda, mas com questão de como se cria um país de convivência e não de segregação.

Esses jovens querem ser ouvidos, ser vistos —aliás, não apenas os jovens da periferia vão ao shopping para serem vistos. E eles não estão sendo escutados. Tapar os ouvidos não ajuda a solucionar o problema, ao contrário, tende a criar novos.

PEDRO ABRAMOVAY é professor licenciado da FGV Direito Rio e diretor para a América Latina da Open Society Foundations

14 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

Justiça aceita denúncia contra o padrasto e a mãe de Joaquim

Promotoria diz esperar que o casal seja levado à juri popular

A Justiça de Ribeirão Preto (a 313 km de São Paulo) aca-
tou a denúncia do Ministério
Público contra o técnico em
informática Guilherme Ray-
mo Longo, 28, e a psicóloga
Natália Mingoni Ponte, 29.

Eles são o padrasto e a mãe
do menino Joaquim Ponte
Marques, 3, morto em novem-
bro do ano passado.

Longo foi denunciado por
suspeita de homicídio tripla-
mente qualificado e ocultação
de cadáver, e Natália, por
omissão. A decisão é do juiz
substituto André Quintela Al-
ves Rodrigues.

O promotor Marcus Tulio
Alves Nicolino afirmou que
espera que os réus sejam le-
vados à júri popular.

O padrasto continua preso
preventivamente na peniten-
ciária José Augusto César Sal-
gado, a P-2, em Tremembé
(147 km de São Paulo).

Natália, que também esta-
va presa na unidade femini-
na de Tremembé, deixou a
prisão na última sexta-feira
por decisão de uma liminar
concedida em habeas corpus.

Os advogados de Longo e
Natália não foram encontra-
dos ontem pela **Folha** para
comentar o caso.

O CASO

O corpo de Joaquim foi en-
contrado no rio Pardo, em
Barretos (423 km de São Pau-
lo), cinco dias depois da fa-
mília ter comunicado o seu
desaparecimento à polícia.

De acordo com a denúncia,
Longo matou o menino com
uma alta dosagem de insuli-
na, dentro da casa em que a
família morava.

Ele depois descartou o cor-
po de Joaquim no córrego Tan-
quinho, que fica a 200 metros
da residência.

Para o promotor, Natália,
que estava dormindo no mo-
mento do crime, foi omissa
porque sabia dos riscos que
havia em morar com Longo.

Em depoimentos à polícia,
ela afirmou que o marido era
agressivo e que tinha ciúmes
de Joaquim por ele ser filho
de outro relacionamento.

Natália declarou ainda
acreditar que o marido havia
matado seu filho.

14 JAN 2014

GAZETA DO POVO

Bibinho é condenado a 19 anos de prisão por cometer três crimes

- **Lavagem de dinheiro**
- **Formação de quadrilha**
- **Peculato**

A Justiça divulgou ontem a primeira condenação de Abib Miguel, o Bibinho, considerado o líder do esquema que teria desviado pelo menos R\$ 200 milhões dos cofres da Assembleia Legislativa do Paraná. A fraude, denunciada pela **Gazeta do Povo** e RPCTV na série Diários Secretos, rendeu ao ex-diretor do Legislativo 18 anos, 11 meses e 20 dias de prisão em regime fechado. Ele poderá recorrer da sentença em liberdade.

14 JAN 2014

» JUDICIÁRIO

GAZETA DO POVO

Bibinho é condenado a quase 19 anos de prisão pelo caso dos Diários Secretos

Quatro anos após a revelação do escândalo de desvio de dinheiro da Assembleia, Justiça condena o chefe do esquema. Ex-diretor-geral do Legislativo pode recorrer em liberdade

Euclides Lucas Garcia

A juíza Ângela Regina Ramina Delucca, da 9.^a Vara Criminal de Curitiba, condenou o ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa do Paraná Abib Miguel — conhecido como Bibinho — a 18 anos, 11 meses e 20 dias de prisão em regime fechado, pelos crimes de peculato (apropriação de dinheiro público), formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. Essa é a primeira condenação de Bibinho, que foi acusado pelo Ministério Público Estadual (MP) de chefiar a quadrilha que desviou pelo menos R\$ 200 milhões dos cofres da Assembleia, no escândalo dos Diários Secretos — revelado há quase quatro anos. Bibinho poderá recorrer da sentença em liberdade.

Além da prisão, Bibinho foi condenado a pagar aos cofres públicos as custas do processo e 1.117 multas — que, de acordo com a sentença, totalizam em torno de 223 salários mínimos. A decisão não estipula o total da multa, mas determina que ela seja calculada com base no salário mínimo da época dos crimes, praticados entre 1997 (quando o piso era de R\$ 120) e 2010 (R\$ 510), em valores corrigidos. Já um total de R\$ 45,8 mil em espécie, dinheiro apreendido na casa do ex-diretor-geral durante a investigação, deverá ser repassado ao poder público. Bibinho também era acusado pelo crime de falsidade ideológica, mas foi inocentado.

O caso foi revelado na série de reportagens Diários Secretos, publicada pela Gazeta do Povo e pela RPC TV a partir de março de 2010. O esquema consistia no desvio de verba pública por meio da contratação de servidores fantasmas e da ocultação de que eles eram funcionários do Legislativo por meio da edição de diários oficiais secretos. Para que uma contratação seja oficializada, ela precisa constar do Diário Oficial. Como as edições do diário não circulavam, poucas pessoas sabiam que determinados funcionários não trabalhavam na Assembleia mas recebiam salário da Casa.

Um dos braços

Datada do último dia 9, mas divulgada ontem, a sentença condenatória de Bibinho refere-se ao processo instaurado para investigar um dos braços do esquema, ligado ao ex-funcionário da Assembleia Daor Afonso Marins de Oliveira. As reportagens da Gazeta do Povo e da RPCTV e a investigação do MP mostraram que Daor administrava os imóveis do ex-diretor-geral e era um dos responsáveis por angariar pessoas que pudessem figurar como funcionários comissionados da Assembleia. Entre os cooptados por Daor, estavam pelo menos dez parentes dele.

De acordo com o MP, os documentos pessoais dos familiares dele foram usados para que fossem contratados para cargos em comissão na Assembleia e para abrir contas bancárias em seus nomes. Eles recebiam salários, mas nunca deram expediente no Legislativo — inclusive o próprio Daor.

CONTINUA

14 JAN 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Em depoimento, os familiares de Daor disseram que, a pedido dele, tiveram até de assinar um talão de cheques em branco. O dinheiro repassado aos funcionários fantasmas, que só em salários chegaria a R\$ 13,2 milhões, era posteriormente dividido entre Bibinho, José Ary Nassiff e Cláudio Marques da Silva — os dois últimos eram ex-diretores da Casa envolvidos no esquema, segundo a denúncia do MP.

Reprovação

Na sentença, Bibinho foi condenado por ter praticado o crime de peculato 894 vezes. A juíza afirma que a conduta de Bibinho é altamente reprovável, sobretudo porque o “homem trabalhador” não admite a “sangria” aos cofres públicos por meio de funcionários fantasmas. “O grau de reprovação é ainda maior ao se considerar que os crimes foram praticados por meio de quadrilha instalada no seio da Assembleia”, argumenta Ângela Delucca. Ela afirma ainda que a sensação de que saíria impune é mais um motivo que deve ser levado em consideração para condenar o ex-diretor-geral. “A organização e sofisticação da associação criminosa evidenciam a audácia e sensação de impunidade dos agentes e exigem a exacerbação da reprimenda.”

Colaboraram Rogério Waldrigues Galindo e Katna Baran.

“A organização e sofisticação da associação criminosa [da qual Bibinho participou] evidenciam a audácia e sensação de impunidade dos agentes e exigem a exacerbação da reprimenda.”

Ângela Regina Ramina Delucca, juíza da 9ª Vara Criminal de Curitiba, na sentença que condenou Bibinho.

**1.117
MULTAS**

foram impostas pela Justiça a Bibinho, além da pena de prisão. O valor final não foi calculado.

CONTINUA

14 JAN 2014

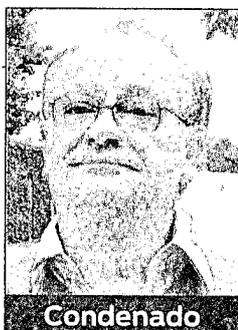
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

COMO FUNCIONAVA O ESQUEMA

A nova sentença judicial confirmou mais uma vez os métodos de desvio de recursos públicos denunciados pela série Diários Secretos.

1 O ex-diretor **Abib Miguel, o Bibinho**, pedia a pessoas próximas a ele que conseguissem documentos pessoais de parentes para empregá-los na Assembleia. Essas pessoas eram os "agenciadores" dos funcionários fantasmas.



2 O esquema era possível devido à alta posição de Bibinho na hierarquia do Legislativo e à participação de dois outros ex-diretores que já foram condenados anteriormente pelo Judiciário, **Cláudio Marques da Silva** (pessoal) e **José Ary Nassiff** (administrativo).



3 O desvio tinha vários "braços", cada um comandado por um ex-servidor da Assembleia. A sentença divulgada ontem diz respeito ao "braço" de Daor Oliveira:



Daor Afonso de Oliveira: Este ramo teria sido

responsável pela contratação de dez pessoas. Segundo a juíza, Bibinho cometeu neste caso os crimes de peculato, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.



João Leal de Matos: Oito parentes

teriam sido contratados, de acordo com denúncia oferecida pelo Ministério Público.



Douglas Bastos Pequeno: Neste braço,

teriam sido contratadas 16 pessoas como fantasmas da Assembleia Legislativa, de acordo com a denúncia.

R\$ 200 milhões

é a estimativa do MP de quanto o esquema possa ter desviado dos cofres públicos, no mínimo.

CONTINUA

14 JAN 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Processos que envolvem deputados ainda não foram julgados

Desde 2010, quando começaram as investigações sobre o caso dos Diários Secretos, o Ministério Público Estadual (MP) apresentou duas ações criminais sobre o esquema, que foram desmembradas pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) em oito subprocessos.

O MP também apresentou, entre 2010 e 2012, sete ações civis públicas por improbidade administrativa contra ex-servidores da Assembleia, deputados e ex-parlamentares. Esses processos envolvem os deputados estaduais Nelson Justus (DEM), Alexandre Curi (PMDB) e

Nereu Moura (PMDB), e os ex-parlamentares Hermas Brandão e Geraldo Cartário. Todos tiveram algum cargo de chefia na Assembleia durante o período em que o esquema funcionou. As ações judiciais tramitam em primeira instância e, segundo reportagem publicada pela *Gazeta do Povo* em dezembro, nenhuma tinha sido julgada até então.

Mais investigações

Na mesma matéria, a *Gazeta do Povo* apontou que o MP ainda não havia concluído as investigações criminais contra Justus e Curi, que podem resultar em novas ações contra eles.

A reportagem procurou ontem o MP para tentar atualizar as informações sobre as investigações e os processos do caso dos Diários Secretos. Mas o Ministério Público Estadual informou que ninguém iria conceder entrevista. (KB)

PUNIDOS

Além de Bibinho, onze pessoas já haviam sido condenadas pela Justiça por envolvimento no caso dos Diários Secretos.

Ex-diretores

José Ary Nassiff (ex-diretor administrativo da Assembleia). Pena: 18 anos, 11 meses e 20 dias de prisão (por formação de quadrilha, peculato e lavagem de dinheiro).

Cláudio Marques da Silva (ex-diretor de pessoal da Assembleia). Pena: 18 anos, 11 meses e 20 dias de prisão (por formação de quadrilha, peculato e lavagem de dinheiro).

Ex-funcionários

Daor Afonso Marins de Oliveira. Pena: 15 anos e 6 meses de prisão (lavagem e desvio de dinheiro e formação de quadrilha). Oito parentes de Oliveira, que participaram do esquema, foram condenados..

“Sentença é injusta”, diz advogado de Abib

O advogado Eurolino Reis, que representa Abib Miguel, disse que vai recorrer da condenação no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) assim que ela for publicada no Diário da Justiça. Afirmando que ainda não havia lido toda a sentença, de 200 páginas, ele preferiu não comentar o mérito da decisão. Mas disse que ela é absolutamente injusta. “Mantenho o que sempre disse: se eu não acreditasse na inocência dele [Bibinho], não estaria lutando pela absolvição, mas por uma pena mais reduzida”, disse. “Nada do que está

aqui [na sentença] pertence a Abib Miguel. Pode pertencer a outros, mas não a ele.”

Eurolino disse ainda que já esperava que a juíza Ângela Regina Ramina Delucca condenasse Bibinho. “Desde o início do processo, ficou claro que ela ia condená-lo. A conduta da magistrada sempre foi parcial para o MP, houve cerceamen-



Eurolino: Bibinho é inocente.

to da defesa”, criticou. O advogado também voltou a criticar o Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco), braço do MP que investigou Bibinho e apresentou a denúncia à Justiça. “O Gaeco é um braço armado à margem do MP, um grupo nazifascista, que não conhece a ampla defesa e o contraditório.” Procurados por meio da assessoria de imprensa do MP, os promotores que investigaram o caso não quiseram se pronunciar. A reportagem não conseguiu localizar a juíza. (ELG)

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

14 JAN 2014

ENTENDA O CASO

Relembre os principais fatos do escândalo dos Diários Secretos:

2010

Março – Gazeta do Povo e a RPC TV começam a divulgar a série de reportagens Diários Secretos, que revelou um esquema de desvio de dinheiro por meio da contratação de funcionários fantasmas e laranjas na Assembleia Legislativa do Paraná. Segundo estimativas do MP, foram desviados pelo menos R\$ 200 milhões. O então diretor-geral Abib Miguel, o Bibinho, é acusado de ser o chefe do esquema.

Abril – operação do MP prende dez pessoas por envolvimento no caso. Entre elas, Bibinho, José Ary Nassiff (diretor administrativo da Assembleia) e Cláudio Marques (diretor de pessoal).

Maior – outras nove pessoas são presas. Os promotores também cumprem mandados de busca e apreensão na Assembleia.

Junho – Bibinho e os outros dois ex-diretores da Assembleia deixam a prisão após liminar do STF.

Agosto – O STF anula a decisão que colocou Bibinho, Nassiff e Marques da Silva em liberdade. Bibinho volta a ser preso.

Dezembro – Bibinho deixa a prisão, beneficiado por nova decisão do STF.

2011

Agosto – Os advogados de Bibinho conseguem suspender na Justiça dois processos criminais contra o ex-diretor da Assembleia. A alegação é de que Bibinho sofria de distúrbios psiquiátricos.

Novembro – Perícia médica mostra que Bibinho apresenta quadro depressivo, mas que tem condições de comparecer às audiências judiciais.

2012

Março – Bibinho é preso novamente, sob a acusação de atrapalhar o processo judicial.

Maior – Bibinho é solto.

Agosto – A Justiça condena a prisão o ex-funcionário da Assembleia Daor Afonso Marins de Oliveira e oito parentes dele, também ex-funcionários da Casa.

2013

Agosto – os ex-diretores da Assembleia José Ary Nassiff e Cláudio Marques da Silva são condenados pela Justiça.

2014

Janeiro – Bibinho é condenado a prisão e pagamento de multa.

CELSONASCIMENTO

~~CELSONASCIMENTO~~

Culpado...

O ex-diretor geral da Assembleia Legislativa Abib Miguel, o Bibinho, terá de cumprir 19 anos de cadeia em regime fechado por peculado, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. A sentença da juíza Ângela Ramina, da 9.ª Vara Criminal, saiu na última quinta-feira, mas só foi conhecida ontem. Outros réus que atuaram com Bibinho em desvios na Assembleia – e citados na série Diários Secretos deste jornal – foram condenados em decisões anteriores.

... ou inocente?

O advogado de Bibinho, Eurolino Reis, promete recorrer. Mantém o antigo argumento: a fortuna que seu cliente amealhou não proveio de corrupção, mas da soja que plantou numa fazenda comprada no Cerrado a preço de banana em 1976. Além disso, Bibinho nem teria autonomia para praticar os atos que lhe são imputados. Pergunta-se ao advogado: se Bibinho é inocente, de quem é a culpa?

14 JAN 2014

GAZETA DO POVO

» VIOLÊNCIA

Justiça nega liberdade a brigões presos

■ A Justiça de Joinville negou novo pedido de revogação da prisão preventiva de 13 dos 25 torcedores presos por causa da pancadaria ocorrida em Joinville entre atletas e vascaínos, na última rodada do Brasileiro 2013. Destes 13 que tiveram o pedido negado, 12 são torcedores do Furacão, sendo um deles o ex-vereador Juliano Borghetti.

A maioria dos torcedores foi presa no dia 19 de dezembro, quando uma operação intitulada "Cartão Vermelho" foi deflagrada pelas polícias do Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Na sequência, os acusados tentaram o habeas corpus para responderem o processo em liberdade, o que também foi negado pela Justiça.

Na decisão assinada pela juíza substituta da 1.ª Vara Criminal da Comarca de Joinville, Luciana Lampert Malgarim, o argumento é que a prisão é necessária para a manutenção da ordem pública diante da gravidade do ocorrido e da repercussão mundial das cenas de violência. A ideia é evitar que se propague o sentimento de impunidade e insegurança.

TAPETÃO

O advogado carioca Luiz Roberto Leven Siano trabalha para que o Vasco siga na Série A. Ele centraliza ações de dezenas de torcedores de diversas partes do país na Justiça comum que pedem a anulação da partida contra o Atlético, disputada na Arena Joinville, na última rodada do Brasileiro 2013. Além disso, as ações pedem as destituições de José Maria Marín e de Mario Celso Petraglia das presidências da CBF e do Furacão, respectivamente.

COLOMBO

Motorista que "arrastou" ciclista responderá por homicídio doloso

■ O motorista que atropelou, matou e arrastou um ciclista por 6 quilômetros na noite da última sexta-feira, em Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba, pode ser preso por até 8 anos, caso seja condenado pelos crimes de homicídio doloso (sem intenção de matar) e por dirigir embriagado. Ele foi preso em flagrante. Cada um desses crimes pode resultar em penas de dois a quatro anos de prisão, segundo a delegacia do Alto Maracanã, em Colombo, onde ele está detido.

CASO JOAQUIM

Justiça aceita denúncia contra o padrasto e mãe de menino

■ A Justiça de Ribeirão Preto, Interior de São Paulo, acatou a denúncia do Ministério Público contra o técnico em informática Guilherme Raymo Longo, 28 anos, e a psicóloga Natália Mingoni Ponte, 29. Eles são o padrasto e a mãe do menino Joaquim Ponte Marques, 3 anos, morto em novembro do ano passado. Longo foi denunciado por suspeita de homicídio triplamente qualificado e ocultação de cadáver, e Natália, por omissão. A decisão é do juiz substituto André Quintela Alves Rodrigues.

Pinga-jogo



"É como olhar do Ministério Público para o Museu Oscar Niemeyer."

Gilberto Giacóia, procurador-geral de Justiça do Paraná, sobre a possibilidade de uma Justiça totalmente digitalizada em um curto período de tempo.

14 JAN 2014

GAZETA DO POVO

Professores estão envolvidos em fraude do Pronatec, diz MP

LONDRINA

Tatiane Salvatico,
do Jornal de Londrina

IPelo menos dez professores do Instituto Federal do Paraná (IFPR), campus Londrina, estariam envolvidos em um esquema que fraudava o número de horas aulas prestados ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), para o qual eram contratados. Segundo o procurador do Ministério Público Federal (MPF) Luiz Antonio Ximenes Cibin, as investigações apontam que o grupo trabalhava, em média, três horas diárias e informava no relatório de horas trabalhadas que lecionado pouco mais de cinco horas por dia. Segundo o procurador, cada hora aula custava ao Programa cerca de R\$ 37.

Em um dos casos investigados, Cibin aponta que o professor teria trabalhado 22 horas em um mês e informado ao Pronatec o serviço de 35 horas. Por isso, ao invés de receber pouco mais de R\$ 800 ele teria recebido R\$ 1,2 mil. “Esses professores não cumpriam a carga horária mínima dos cursos e, por isso, prejudicavam os alunos. Frequentemente eles iniciavam as aulas uma hora mais tarde e encerravam uma hora mais cedo do que estava previsto no cronograma”, exemplifica o procurador.

Cibin afirma que o valor do total da fraude ainda não foi estipulado, já que os valores variam conforme os cursos para o qual os professores são contratados e a diferença entre o que foi realmente trabalhado e o que foi informado ao Pronatec.

Pore-mail

As investigações começaram em outubro do ano passado, quando outro grupo de professores do IFPR fez a denúncia ao MPF. Segundo Cibin, os denunciantes contaram que as fraudes eram combinadas, especialmente, por e-mail, quando os professores envolvidos na possível fraude criavam uma escala de preenchimento indevido do relatório com os horários dos funcionários. Tudo era monitorado pelo professor responsável pelo relatório aos moldes de um sistema ponto.

Após perceberem a movimentação das investigações, os professores acusados teriam tentado apagar as provas do crime no fim do ano passado. Por isso, em 20 de dezembro de 2013, o MPF solicitou à Polícia Federal a apreensão de HDs e notebooks utilizados pelos acusados.

Segundo o procurador, as fraudes teriam tido início sob o comando da administração passada do Instituto Federal do Paraná (IFPR), campus Londrina. Cibin afirma que a atual administração está colaborando com as investigações do MPF.

Certificados

Além de fraude das horas aulas, os professores são investigados por venda de certificados do Pronatec. O procurador Luiz Antonio Ximenes Cibin afirma que foram apreendidos pelo menos 400 recibos que comprovam a venda de certificados no valor de R\$ 5 a R\$ 10. “Além de fazer a

venda ilegal, já que todo serviço do Pronatec é gratuito, essas pessoas fabricaram provas contra elas mesmas ao produzir recibos de uma venda criminosa.”

Em um dos documentos, o procurador afirma que a comprovação da venda do documento que certifica a “participação na Conae [Conferência nacional da Educação] em julho de 2013” tem valor de R\$ 5.

14 JAN 2014

GAZETA DO POVO

» VIOLÊNCIA NOS PRESÍDIOS

Crise penitenciária no MA era tragédia anunciada

Nos últimos anos, CNJ e OAB alertaram sobre os problemas no complexo maranhense. Impeachment de Roseana Sarney será pedido hoje

Felipe Anibal, com agências

■ Pelo menos duas entidades — o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) — haviam previsto a crise penitenciária do Maranhão e alertado o governo do estado sobre a necessidade de reestruturação do sistema prisional nos últimos anos. Os documentos chamavam a atenção para o histórico de rebeliões e para o confronto de facções criminosas por detrás das grades, destacando as execuções por decapitação. Chocados com os últimos acontecimentos no Complexo de Pedrinhas, um grupo de advogados de Direitos Humanos disse no início da noite de ontem, ao jornal *O Estado de S. Paulo*, que entrará com um pedido de afastamento da governadora Roseana Sarney. Eles a acusarão de violação de direitos fundamentais

Documentos

Em dezembro do ano passado, o CNJ concluiu um relatório sobre inspeções realizadas nos presídios maranhenses a partir de 2010. O texto descreve que, ao longo de 2013, o órgão detalhou os problemas constatados nos complexos penais ao governo do estado e, em três oportunidades, tentou obter o compromisso da adoção de medidas para tentar evitar ou conter o caos penitenciário. Até a Organização dos Estados Americanos (OEA) foi acionada pelo CNJ e fez uma série de recomendações ao governo estadual.

“A precariedade do sistema prisional maranhense já foi constatada em momentos anteriores (...). O Governo do Estado do Maranhão já recebeu várias indicações da necessidade de reestruturar o sistema”, destaca a conclusão do relatório, assinada pelo juiz Douglas de Melo Martins, coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do CNJ.

Entre as medidas sugeridas pelo Conselho para controlar a crise do sistema prisional, está a construção de unidades penais no interior do estado, preenchimento dos cargos da administração penitenciária e adoção de “medidas estruturantes” que possibilitem ao

estado o enfrentamento de facções do crime organizado. O relatório, que já havia sido entregue ao Supremo Tribunal Federal (STF), será analisado agora pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Já a OAB do Maranhão vem documentando os problemas diagnosticados no sistema prisional do estado desde 2007. O presidente da entidade, Mário Macieira, classificou a situação como “caótica” e disse temer que os abusos caíam no esquecimento. “As medidas anunciadas são tópicas, para problemas pontuais, e revelam um estado incapaz de resolver o caso”, afirmou.

Tortura

Ontem, em reunião na Comissão de Direitos Humanos do Senado, Macieira disse que a OAB recebeu uma série de denúncias de tortura e maus-tratos contra presos de Pedrinhas, ocorridas após a PM ter assumido a segurança do presídio. O relatório do CNJ apontou que investigações de casos de tortura e abuso de autoridade cometidos contra detentos em 2008 e 2010 sequer foram concluídos.

CONTINUA

14 JAN 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Advogados pedirão afastamento de Roseana Sarney

SÃO PAULO

Agência Estado

Um grupo de oito advogados de Direitos Humanos deve apresentar, hoje, ao presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, Arnaldo Melo (PMDB), um pedido de impeachment da governadora Roseana Sarney (PMDB) por causa das violações e dos crimes cometidos no Complexo Penitenciário Pedrinhas, em São Luís, que registrou 62 homicídios desde 2013.

A denúncia se baseia no artigo 75 da Lei 1.079/50 para responsabilizar Roseana pela superlotação das celas e pela suposta omissão do governo nas disputas de facções dentro dos presídios. A Assembleia terá 15 dias para analisar o pedido e instaurar uma comissão especial para apurar o caso, mesmo prazo dado à defesa da governadora, que tem maioria entre os 45 deputa-

Marlene Bergamo/Folhapress



Em ano de eleições, pedido colocará Roseana no centro do problema.

dos estaduais.

“Muita gente tem falado que a crise no sistema penitenciário é geral, e de fato é. Mas o que aconteceu em Pedrinhas é um ponto fora da curva. A quantidade de mortos e o nível de violência, com decapita-

ções, não podem ser tratados como algo inerente aos presídios”, disse advogada Eloísa Machado de Almeida, professora da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) e uma das autoras da ação.

Segundo ela, este é o primeiro pedido de impeachment que se fundamenta em direitos humanos. “A Lei do Impeachment prevê a hipótese de perda do cargo quando o chefe do executivo, no caso de violação flagrante dos direitos fundamentais, deixa de responsabilizar o subordinado vinculado ao fato. E foi o que ocorreu. A governadora, como chefe do Executivo, não pode sair isenta dessas violações graves” afirmou Eloísa.

Caso a comissão especial da Assembleia do Maranhão acolha os argumentos da denúncia e casse o mandato de Roseana, a governadora fica suspensa do cargo por 180 dias até o julgamento do caso pelo Tribunal de Justiça do Estado. Além do impeachment, os advogados pedem a perda dos direitos políticos de Roseana, que ficaria impedida, por exemplo, de disputar uma vaga no Senado, já que ela não pode mais tentar a reeleição.

CONTINUA

14 JAN 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

NO PARANÁ

Agentes temem barbárie em Piraquara

No Paraná, os agentes penitenciários vivem a angústia de que crimes bárbaros, como os ocorridos dentro das prisões maranhenses, se repitam por aqui. A principal área de tensão no estado é a Penitenciária Estadual de Piraquara I (Pep-I), onde um agente foi espancado durante um princípio de rebelião há 40 dias. Desde então, os detentos estão trancafiados, sem sair das celas para banhos de sol, atividades socioeducativas ou para audiências. A categoria deve fazer uma manifestação nesta quarta-feira, para alertar para o perigo. "Digamos que a receita é a mesma do bolo maranhense. Lá, já assou. Aqui, está indo para o forno", diz o vice-presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarspen), Antony Johnson.

Além da instabilidade provocada pelo princípio de rebelião, o sindicato destaca que problemas estruturais também comprometem a segurança dos agentes e potencializam os riscos. Em reunião com a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Seju), os agentes detalharam as falhas da penitenciária, como falta de efetivo, monitores fora de operação, portões manuais, radiotransmissores sem funcionamento e excesso de movimento. Os agentes também chegaram a gravar vídeos, nos quais presos os ameaçam.

"Barril de pólvora"

Desde a tentativa de rebelião, os agentes penitenciários vêm se negando a realizar os procedimentos padrões e de segurança. Por conta disso, os detentos permanecem encarcerados e tiveram as visitas suspensas. A alimentação é fornecida pela portinhola das celas, mas, segundo o sindicato, os presos estão recusando a comida. "A situação está praticamente insustentável. É um barril de pólvora", definiu Johnson.

Para garantir os procedimentos normais dentro do presídio, a Seju encaminhou ofício à Polícia Militar (PM), solicitando que policiais militares fossem designados a atuar na Pep-I. Segundo o sindicato, no entanto, o reforço ainda não chegou ao presídio. (FA)

14 JAN 2014

GAZETA DO POVO

Brasileira acusada de tráfico de pessoas é detida na Espanha

↓ A polícia espanhola deteve uma fugitiva brasileira, de 33 anos, procurada por exploração e violação sexual de crianças e adolescentes, corrupção e associação criminal, informou ontem o Ministério do Interior da Espanha. De acordo com o ministério, a mulher buscava clientes interessados em manter relações sexuais com adolescentes. Segundo o Itamaraty, os responsáveis estão entrando em contato com o consulado do Brasil na Espanha para obter mais informações sobre a brasileira. A fugitiva foi encontrada em Lugo, na Galícia, no Noroeste do país. Sua identidade não foi informada. As atividades da mulher começaram entre 2005 e 2006, em Curitiba. Segundo as autoridades espanholas, ela faz parte de um amplo grupo de pessoas acusadas de explorar, agredir e corromper sexualmente menores. A principal função da mulher detida era a de conseguir clientes interessados em manter relações sexuais com menores e acompanhá-los até os locais onde eram mantidos os encontros. Agentes da polícia espanhola também participavam do esquema, filmando os encontros e chantageando os envolvidos para obter suborno.

14 JAN 2014

GAZETA DO POVO

» MENSALÃO

Doações para Genoino pagar multa somam R\$ 194 mil

O site criado com objetivo de arrecadar fundos para o pagamento da multa de R\$ 667,5 mil estipulada no julgamento do mensalão ao ex-presidente do PT José Genoino atingiu ontem R\$ 194 mil — cerca de 29% do valor total. A Vara de Execuções Penais do Distrito Federal determinou na semana passada que o petista tem até o dia 20 deste mês para pagar a multa à União. Além da multa, Genoino foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a 6 anos e 11 meses de prisão.

A informação sobre o andamento das doações foi atualizada pelo coordenador jurídico do PT, Marco Aurélio Carvalho, que foi escolhido pelo partido como responsável por administrar as contribuições feitas por militantes. “Muita gente está doando. E o PT está recebendo tudo isso com muita alegria”, afirmou Aurélio.

Justiça autoriza preso do mensalão a trabalhar durante o dia

A Vara de Execuções Penais do Distrito Federal autorizou ontem que o ex-tesoureiro do PL (atual PR) Jacinto Lamas, um dos condenados no processo do mensalão, trabalhe como assistente administrativo em uma empresa de Brasília, a Mísula Engenharia. Lamas cumpre cinco anos de prisão em regime semiaberto e receberá salário de R\$ 1,2 mil. Ele é o segundo preso do mensalão a ser autorizado a trabalhar durante o dia e voltar para a cadeia à noite. O primeiro havia sido o ex-deputado Pedro Henry (PP-MT), que está trabalhando em um hospital de Cuiabá (MT).

TSE reserva recursos para o Solidariedade

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Marco Aurélio Mello, atendeu a um pedido do Solidariedade e reservou recursos do Fundo Partidário para a sigla. O envio de dinheiro ao partido, no entanto, só acontecerá se a legenda conseguir garantir na Justiça o direito de participar do rateio do fundo. Devido a uma lei sancionada em novembro passado, os novos partidos só podem entrar na divisão da maior parte do Fundo Partidário se elegerem deputados. Antes, bastava que a sigla recém-criada filiasse parlamentares de outros partidos para ter acesso ao dinheiro.

O Fundo Partidário deve render R\$ 364 milhões aos partidos em 2014. A maior parte, 95%, é dividida com base no tamanho das bancadas na Câmara; os outros 5% são divididos igualmente entre todas as siglas do país.

Justificativa

Em sua decisão, Marco Aurélio faz críticas à nova lei, que não só restringe o repasse de recursos do fundo, como também limita o acesso ao tempo de TV. O ministro ainda disse que a decisão de reter o dinheiro é urgente. De acordo com ele, caso os recursos continuassem a ser enviados para os demais partidos, a nova sigla não teria como receber os valores se vier a ter seu direito reconhecido pela Justiça. O montante reservado para o Solidariedade ainda não foi definido. A decisão de Marco Aurélio, na prática, diminui o volume de recursos enviados mensalmente para os demais partidos.

R\$ 364
MILHÕES

é a quantia que o Fundo Partidário deve destinar às legendas em 2014.

14 JAN 2014

BEMPARANÁ

Justiça autoriza reabertura da Pedreira Paulo Leminski

Depois de cinco anos fechado, local agora pode receber grandes shows desde que respeite determinações

A Justiça autorizou a reabertura da Pedreira Paulo Leminski, que está fechada para shows desde 2008 devido a uma liminar. Ao revogar a liminar, o juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, Eduardo Lourenço Bana, afirma que foram cumpridas todas as exigências do Ministério Público do Paraná (MP/PR) para garantir a segurança e tranquilidade de frequentadores e moradores do entorno da Pedreira em dias de eventos.

“Isto posto, considerando o cumprimento integral, no que se refere aos procedimentos prévios à reabertura da Pedreira Paulo Leminski, homologo o acordo por sentença (...). Pelo que restou decidido, revogo a liminar anteriormente concedida, consignando que a realização dos eventos deverá se dar nos exatos limites do acordo”, decide Bana.

O conjunto de intervenções e medidas necessárias para reabertura da Pedreira para shows foi construído em conjunto pela associação de moradores da região, Ministério Público e Fundação Cultural de Curitiba (FCC).

“Importante destacar a participação do Ministério Público e dos moradores

neste processo. A intenção de todos sempre foi no sentido de assegurar que a Pedreira só fosse reaberta com plenas condições de segurança, acessibilidade e conforto. Todas as intervenções feitas pela empresa que hoje administra a Pedreira transformaram o espaço em um dos mais seguros do país”, destaca o presidente da FCC, Marcos Cordioli.

O diretor de operações da concessionária que administra a Pedreira, Helinho Pimentel disse que a empresa já trabalha numa agenda de shows para 2014. Até o início da semana que vem, a empresa deve divulgar uma prévia dos shows.

CRONOLOGIA

2008

Pedreira Paulo Leminski estava é fechada desde por causa de uma ação movida pelo MP-PR após reclamações de 135 moradores da região do Abranches e do Pilarzinho, contra som alto e de confusões causadas pelos shows.

2011

Peritos nomeados pela Justiça iniciam um processo de inspeções e vistorias no local. A avaliação foi solicitada pelo Ministério Público para analisar em que condições o espaço poderia receber shows.

2012

Audiência de conciliação entre moradores e o município decidiu que a reabertura dependeria da realização de obras de readequação da área e da concretização do minucioso projeto apresentado pelo procurador do município, Silvio Brambila.

2013

Readequações foram feitas com custo total de R\$ 17 milhões, mas a liberação da Pedreira ainda dependia de parecer do juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública, o que aconteceu ontem.

14 JAN 2014

Assembleia

BEMPARANÁ

Ex-diretor condenado a quase 19 anos

O ex-diretor geral da Assembleia Legislativa, Abib Miguel, o "Bibinho", foi condenado pela Justiça a cumprir pena de 18 anos, 11 meses e 20 dias em regime fechado pelos crimes de peculato, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. A decisão foi publicada na última quinta-feira pela juíza Ângela Regina Ramina Delucca, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, que julgou parcialmente procedentes as acusações apresentadas pelo Ministério Público. A juíza absolveu o ex-diretor da acusação de falsidade ideológica.

A sentença foi proferida em uma das denúncias criminais em que "Bibinho" figura como réu, e está relacionada à "Ectoplasma 2", operação deflagrada pelo Gaeco, em maio de 2010, no caso "Diários Secretos". As investigações do MP-PR iniciaram a partir da série de reportagens divulgada pelo jornal Gazeta do Povo e pela RPC-TV, que denunciou esquema de desvio de dinheiro na Assembleia, por meio da contratação de funcionários fantasmas.

A sentença também prevê que ex-diretor da Alep pague multa, as custas do processo e perca cerca de R\$ 46 mil encontrados em sua residência durante a operação do MP. Pela decisão, Bibinho poderá recorrer em liberdade até o julgamento final do caso.

Abib Miguel responde, ainda, a outra denúncia criminal, em que é acusado pelos mesmos crimes, porém, envolvendo outro grupo supostamente beneficiado pelo esquema. As denúncias foram segmentadas pelo MP-PR, uma vez que envolviam grande número de pessoas e núcleos familiares distintos.

Bibinho condenado

O ex-diretor geral da Assembleia Legislativa, Abib Miguel, foi condenado pela Justiça a 18 anos de prisão em regime fechado pelos crimes de formação de quadrilha e desvio de recursos públicos. A sentença foi publicada na semana passada pela juíza Ângela Regina Ramina Delucca, da 9ª Vara Criminal de Curitiba. Bibinho foi absolvido da acusação de falsidade ideológica. O ex-diretor foi condenado no caso que ficou conhecido como "Diários Secretos", série de reportagem que mostrou um enorme esquema de desvio de dinheiro público na Assembleia do Paraná utilizando funcionários fantasmas. Bibinho ainda responde a outras cinco ações criminais.

14 JAN 2014

BEMPARANÁ

Briga de torcidas

Prisão de 13 envolvidos é mantida

A Justiça de Santa Catarina negou pedido de revogação de prisão de 13 envolvidos na briga entre torcedores do Atlético Paranaense e do Vasco da Gama, ocorrida em dezembro do ano passado, na última rodada do Campeonato Brasileiro da Série A, no Estádio Arena Joinville. Com a decisão, os acusados vão continuar respondendo ao processo no estado. Entre eles, está o ex-vereador Juliano Borghetti.

De acordo com decisão da juíza Luciana Lampert Malgarim, da Comarca de Joinville (SC), os acusados

devem continuar presos porque podem influenciar as testemunhas do processo. Mesmo considerando que alguns réus não têm antecedentes criminais, a juíza entendeu que não há fato novo que justifique a revogação das prisões. "Ao menos por ora, a prisão preventiva continua a ser necessária para garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal e, em especial, para assegurar a aplicação da lei penal, pelos fundamentos registrados na decisão que a decretou", disse a magistrada.

Mensalão

José Genoio já arrecadou R\$ 194 mil

O site criado com objetivo de arrecadar fundos para o pagamento da multa de R\$ 667,5 mil estipulada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do mensalão ao ex-presidente do PT, José Genoio, atingiu nesta segunda-feira, 13, R\$ 194 mil - cerca de 29% do valor total. A Vara de Execuções Penais do Distrito Federal determinou na semana passada que o petista tem até o dia 20 deste mês para pagar a multa à União.

Além da multa, Genoio foi condenado pelo Supremo a 6 anos e 11 meses de prisão. A Justiça atualizou o valor da multa do petista, cujo valor inicial era de R\$ 468 mil. A correção foi feita com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a partir da data dos fatos que foram julgados pela Justiça.

14 JAN 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça autoriza reabertura da Pedreira Paulo Leminski

Reabertura foi determinada após revogação de liminar

A Justiça autorizou a reabertura da Pedreira Paulo Leminski, que está fechada para shows desde 2008 devido a uma liminar.

Ao revogar a liminar, o juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, Eduardo Lourenço Bana, afirma que foram cumpridas todas as exigências do Ministério Público do Paraná (MP/PR) para garantir a segurança e tranquilidade de frequentadores e moradores do entorno da Pedreira em dias de eventos.

O conjunto de intervenções e medidas necessárias para reabertura da Pedreira para shows foi

O acordo construído pelos moradores, MP e FCC prevê, entre outras, que:

- serão realizados no máximo dois grandes eventos a cada intervalo de 30 dias;
- eventos realizados às 2ª, 3ª, 4ª e 5ª feiras poderão terminar no máximo às 23 horas; os de sextas-feiras, sábados e vésperas de feriados no máximo 1 hora da manhã do dia seguinte; e os de domingos e feriados no mais tardar às 20 horas;
- eventos não poderão ser realizados nos dias em que houver clássicos ou decisões de futebol;
- todos os eventos contarão com a atuação expressiva das entidades vinculadas ao campo da segurança e saúde pública, em nível estadual e municipal, portanto o policiamento será intensivo e ostensivo.

construído em conjunto pela associação de moradores da região, Ministério Público e Fundação Cultural de Curitiba (FCC).

“Importante destacar a participação do Ministério Público e dos moradores neste processo. A intenção de todos sempre foi no sentido

de assegurar que a Pedreira só fosse reaberta com plenas condições de segurança, acessibilidade e conforto. Todas as intervenções feitas pela empresa que hoje administra a Pedreira transformaram o espaço em um dos mais seguros do país”, destaca o presidente da FCC, Marcos Cordioli.

Secretária do Paraná dá auxílio ao Maranhão

A secretária da Justiça do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes, embarca nesta quarta-feira, 15, para São Luis (MA), onde deve permanecer até sábado, dia 18. A secretária recebeu convite

pessoal da governadora Roseana Sarney para compartilhar as experiências de administração penitenciária bem-sucedidas no Paraná, e colaborar na solução da crise prisional no Maranhão.

Nesta terça-feira, Maria Tereza concede entrevista à imprensa para falar sobre a viagem. A coletiva será às 14h30, em seu gabinete, na Secretaria da Justiça, em Curitiba.



Maria Tereza irá observar sistema penitenciário

14 JAN 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Ex-diretor da Assembleia é condenado a 19 anos

Abib Miguel foi considerado culpado por desvios de recursos

A juíza da 9ª Vara Criminal de Curitiba, Ângela Regina Ramina-Delucca, condenou o ex-diretor geral da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), Abib Miguel, a 18 anos, 11 meses e 20 dias de prisão, pelo envolvimento dele na concessão de benefícios a pessoas, usando dinheiro público.

Abib Miguel, conhecido como Bibinho, foi apontado como a figura principal em um esquema de desvio de dinheiro público através da contratação de funcionários fantasmas na Alep. A contratação desses funcionários era



Bibinho ainda foi absolvido de falsidade ideológica

publicada em Diários Oficiais com impressão reduzida.

O Ministério Públi-

co acusou Bibinho pelos crimes de peculato, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e

falsidade ideológica. Essa última acusação foi a única da qual o ex-diretor foi absolvido.

14 JAN 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Curitibana é presa na Espanha por exploração sexual de menores

Mulher de 33 anos fazia parte de grupo de exploradores

A polícia espanhola deteve uma fugitiva brasileira, de 33 anos, procurada por exploração e violação sexual de menores, corrupção e associação criminal, informou nesta segunda-feira (13) o Ministério do Interior da Espanha. De acordo com o ministério, a mulher buscava clientes interessados em manter relações sexuais com adolescentes. Segundo o Itamaraty, os responsáveis estão entrando em contato com o consulado do Brasil na Espanha para obter mais informações sobre a brasileira.

A fugitiva foi encontrada em Lugo, na Galícia, no Noroeste do país. Sua identidade não foi informada. As atividades da mulher começaram entre 2005 e 2006, em Curitiba. Segundo as autoridades espanholas, ela faz parte de um amplo grupo de pessoas acusadas de explorar, agredir e corromper sexualmente menores.

14 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

Bibinho é condenado a 18 anos de prisão

Decisão contra ex-diretor geral da Assembleia Legislativa é da juíza da 9ª Vara Criminal de Curitiba; ele pode recorrer em liberdade

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - A Justiça do Paraná condenou o ex-diretor geral da Assembleia Legislativa (AL) do Estado Abib Miguel, o Bibinho, a 18 anos, 11 meses e 20 dias de prisão em regime fechado pelos crimes de peculato, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. A decisão, da juíza Ângela Regina Ramina Delucca, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, foi proferida na última quinta-feira, no entanto, só foi divulgada ontem. Como é réu primário, Bibinho poderá recorrer da sentença em liberdade.

A magistrada julgou parcialmente procedentes as acusações apresentadas pelo Ministério Público (MP) na operação Ectoplasma 2, deflagrada em maio de 2010 pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Outras ações sobre o escândalo ainda tramitam na Justiça. Investigações apontam para esquemas de desvio de pelo menos R\$ 200 milhões dos cofres da AL, por meio da contratação de funcionários laranjas e fantasmas.

Na época, a ação culminou com a prisão de Abib Miguel e mais dois funcionários do Le-

Ex-diretor geral foi absolvido da acusação de falsidade ideológica

Bibinho é apontado como "líder da quadrilha" em esquemas de desvio de verba da AL através da nomeação de fantasmas e laranjas

gislativo estadual: José Ary Nassiff (então diretor administrativo) e Cláudio Marques da Silva (então diretor de pessoal). Beneficiados por uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), porém, eles deixaram a cadeia em junho do mesmo ano. Bibinho ainda foi preso mais uma vez, em março de 2012, sob acusação de atrapalhar o processo judicial, e novamente conseguiu ser liberado em seguida.

Em seu despacho, Ângela Delucca cita como agravante o fato de o réu ter sido "o líder da quadrilha, cabendo a ele a orientação e a direção das atividades dos demais integrantes do bando". Além da detenção, ela determina que o ex-diretor pague R\$ 1.117 dias-multa, valor calculado a base de um quinto do salário mínimo vigente à época dos fatos e corrigido desde a data da in-

fração. Bibinho terá de devolver aos cofres da União, ainda, os R\$ 45.884,00 encontrados em sua casa durante a operação do Gaeco e a quantia correspondente às custas do processo. Em nota enviada à imprensa, o MP informou que "a juíza absolveu o ex-diretor da acusação de falsidade ideológica".

Abib Miguel responde também a outro processo criminal, em que é acusado pelos mesmos delitos, mas relacionados a outro grupo supostamente beneficiado pelo esquema. De acordo com o MP, os dois casos foram segmentados porque envolviam grande número de pessoas e núcleos familiares distintos.

CONTINUA

14 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Recurso

O advogado de Abib Miguel, Eurolino Reis Sechinel, disse à FOLHA que espera a publicação da decisão da Justiça, o que deve ocorrer até o fim da semana, para entrar com o recurso. "Sentença de juiz, advogado não discute. Ou se conforma, ou recorre. E eu, no caso, estou recorrendo", afirmou. "Minha discordância (da juíza) é jurídica; não é pessoal. Não vou entrar no mérito", completou.

Sechinel aproveitou para tecer pesadas críticas ao Gaeco. Segundo ele, a instituição, que deflagrou a operação Ectoplasma 2, foi também a responsável pelo vazamento do conteúdo dos autos à imprensa. A reportagem da FOLHA conseguiu, entretanto, acessar o despacho na íntegra na página do Tribunal de Justiça (TJ) na internet. "Qual o benefício que o Gaeco traz para a sociedade? O Ministério Público só traz benefícios, mas o Gaeco não", disparou.

A FOLHA também procurou o ex-diretor da AL, que afirmou, por telefone, que não daria entrevistas sobre o caso.

14 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Biometria em Campo Largo

Começou ontem e vai até o dia 28 de março a revisão biométrica na cidade de Campo Largo (Região Metropolitana de Curitiba). Todos os eleitores deverão comparecer ao Fórum Eleitoral com um documento com foto, que poderá ser carteira de identidade, carteira de trabalho e previdência social, carteira profissional, passaporte modelo antigo (verde) ou carteira de motorista, e comprovante de residência datado a menos de um ano. Assim como ocorreu em Londrina e Maringá, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) disponibilizou em sua página na internet (www.tre-pr.jus.br) o serviço de agendamento. Esse serviço permite ao eleitor escolher dia e horário de atendimento. Segundo a Justiça Eleitoral, Campo Largo tem 82,5 mil eleitores.

LUIZ GERALDO MAZZA

Lições

O Paraná vai dar lições de política penitenciária ao Maranhão, como é desejo da governadora Roseana Sarney. Mas não somos tão exemplares assim. Na madrugada de ontem houve fuga do Complexo Médico-Penal e um dos que se evadiu foi o autor dos disparos que mataram o Superintendente Gogola de Campo Largo.

Reabertura da Pedreira Paulo Leminski

Curitiba - O juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, Eduardo Lourenço Bana, revogou a liminar que mantinha fechada para eventos a Pedreira Paulo Leminski. Em sua decisão, o magistrado afirmou que foram cumpridas todas as exigências do Ministério Público (MP) do Paraná para garantir a segurança e a tranquilidade dos frequentadores e moradores do entorno daquele local, nas datas de realização de shows. No ano passado, uma empresa foi selecionada para administrar o espaço. /

14 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

Tragédia do cumprimento de penas

Servio Borges da Silva

É estranho notar que somente após a prisão de alguns privilegiados do mensalão, é que se deram conta de que as penitenciárias não têm o mínimo de condições para abrigar seres humanos. Muito já se falou sobre a situação caótica e miserável pela qual passam aqueles que têm de cumprir penas. E o pior disso tudo é que são colocados todos na mesma condição, inclusive aqueles que praticaram crimes menores que poderiam ser remidos com a pena de trabalho.

Há necessidade urgente de medidas para modificar esse cumprimento da pena, o que é uma tarefa para os políticos. Não se pode dizer, impiedosamente, que aquele que atingiu a sociedade deve pagar pelo que fez e ser trancafiado numa masmorra medieval, sem direito a quase nada. Dentro dos distritos policiais de Londrina, do Paraná e do Brasil, o ambiente é de absoluta e total miséria. O desamparo e as condições de vida nesses locais são insuportáveis. Daí a finalidade da pena que é, recuperar o preso para o seu retorno ao convívio social, não é atingida. Em diversos lugares já foi pedida a interdição de cadeias públicas ou distritos policiais. Ressalte-se que o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, ao visitar um presídio no Nordeste, encontrou um preso que estava a 500 dias sem qualquer formação de culpa ou processo. Num país civilizado, onde as verbas públicas podem suprir todas as necessidades sociais, não se pode admitir o descumprimento da lei pelas próprias autoridades encarregadas de aplicá-la.

O Brasil arrecadou até o novembro de 2013 a quantia de um trilhão de reais de impostos, segundo divulgou o "Impostômetro". Como se nota, existe dinheiro para todas as necessidades sociais. No entanto, é preciso vontade política e compaixão daqueles que erraram e encontrar meios de remir suas penas sem ultrapassar os limites impostos pela Justiça, pois aí a pena é bem maior do que aquela que foi imposta ao condenado.

SERVIO BORGES DA SILVA
é advogado em Londrina

14 JAN 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Fugitiva brasileira é presa na Espanha por exploração sexual de menores

A polícia espanhola deteve uma fugitiva brasileira, de 33 anos, procurada por exploração e violação sexual de menores, corrupção e associação criminal, informou nesta segunda-feira (13) o Ministério do Interior da Espanha. De acordo com o ministério, a mulher buscava clientes interessados em manter relações sexuais com adolescentes. Segundo o Itamaraty, os responsáveis estão entrando em contato com o consulado do Brasil na Espanha para obter mais informações sobre a brasileira.

A fugitiva foi encontrada em Lugo, na Galícia, no Noroeste do país. Sua identidade não foi informada. As atividades da mulher começaram entre 2005 e 2006, em Curitiba. Segundo as autoridades espanholas, ela faz parte de um amplo grupo de pessoas acusadas de explorar, agredir e corromper sexualmente menores. A principal função da mulher detida nesta segunda-feira era a de conseguir clientes interessados em manter relações sexuais com menores e acompanhá-los até os locais onde eram mantidos os encontros.

Quando os clientes estavam com as menores, a polícia espanhola entrava no local, tirava fotografias, gravava imagens em vídeo e procedia com a detenção.

14 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

'Rolezinhos' são exportados para outros Estados

Após repercussão, encontros de jovens são marcados no Rio e em Brasília; associação de shoppings defende ação da justiça e ronda da Polícia Militar

Bruno Ribeiro
Laura Maia de Castro

Depois das polêmicas decisões judiciais obtidas por shoppings de São Paulo contra os "rolezinhos" e da publicação de vídeos em que policiais militares agridem adolescentes, esses encontros de milhares de jovens em centros comerciais, marcados pelas redes sociais, foram rapidamente "exportados" para outras cidades e até outros Estados.

Ontem à tarde, nas redes sociais já era possível encontrar eventos marcados não só em shoppings de cidades do interior de São Paulo, como Bauru e Sorocaba, mas também em centros comerciais de Brasília e do Rio, em apoio aos eventos da capital paulista. No Shopping Leblon, que fica em uma das zonas mais caras do Rio, até ontem às 20h, mais de 4 mil pessoas confirmaram na internet a presença em evento marcado para o próximo domingo.

A diferença em relação aos primeiros "rolezinhos", que ocorreram em dezembro em São Paulo, é que os novos são convites com o objetivo de protestar. "Em apoio à galera de São Paulo, contra toda forma de opressão e discriminação aos pobres e negros, em especial contra a brutal e covarde ação diária da Polícia Militar no Brasil, seja nos shoppings, nas praias ou nas periferias", diz a convocação do evento carioca. Os "rolezinhos" que terminaram em tumulto eram descritos como eventos para "beijar na boca" e "curtir a galera".

● Violência

Um guarda-civil ficou ferido em um "rolezinho" de 3 mil pessoas no Bosque Maia, em Guarulhos. Ele foi atingido por uma lixeira jogada por grupo de jovens abordado por ingerir bebida alcoólica.

Reações. O governador Geraldo Alckmin (PSDB) e o prefeito Fernando Haddad (PT) comentaram ontem o incidente ocorrido no sábado em Itaquera, quando a Polícia Militar usou gás lacrimogêneo e balas de borracha para dispersar cerca de mil jovens no Shopping Metrô Itaquera, que tinha uma liminar judicial proibindo o "rolezinho" marcado ali pelo Facebook. Vídeos mostrando PMs batendo em menores desarmados foram publicados na internet. Três pessoas – dois adultos e um adolescente – foram detidas sob suspeita de roubo. Os adultos foram liberados no mesmo dia. O menor foi internado na Fundação Casa (ex-Febem).

Alckmin disse que apura as denúncias de envolvimento de PMs em agressões e afirmou que a segurança no interior dos shoppings não é de responsabilidade do Estado. "Segurança interna de lojas, shoppings e centros comerciais é privada, o governo fica fora fazendo a segurança", disse.

Haddad afirmou que buscaria alternativas de lazer para os jovens. "Nós pedimos, por exemplo, a colocação de ilumina-

ção pública nos Clubes das Comunidades (CDCs). Você cria arenas que atraem o público jovem, que quer espaço para se manifestar. Essas providências estão sendo tomadas."

Shoppings. A Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (Alshop) defendeu ontem a obtenção de liminares judiciais prevendo multa para "rolezinhos" como forma de impedir a realização desses atos.

Com uma dessas liminares exibidas em totens nas entradas, também no sábado, o shopping JK Iguatemi, na zona sul, um dos mais luxuosos da capital, fez uma seleção de quem poderia entrar no centro de compras. Até funcionários que se enquadravam na descrição de suspeitos foram barrados.

"O presidente da Associação, Nabil Sahyoun, cobrará da Prefeitura de São Paulo espaços públicos pouco utilizados da cidade para que esses jovens possam organizar suas festas de maneira passiva", diz a Alshop, em nota enviada no mesmo horário em que o prefeito defendia medida semelhante.

A associação quer também que a PM patrulhe, fardada, o interior dos centros de compras dentro do programa Operação Delegada. / COLABORARAM CAIO DO VALLE e CARLA ARAÚJO

CONTINUA

14 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

'Shopping não tem direito de vetar o ir e vir', diz especialista

Segundo advogados, os estabelecimentos podem ser acusados de discriminação, caso proibam entrada

Com novos "rolezinhos" marcados para as próximas semanas, os shopping centers ficam em uma saia-justa para proibir a entrada de supostos baderneiros. É que as decisões da Justiça contra as manifestações não impedem ninguém de ter acesso aos locais e aplicam apenas multa aos que forem além dos limites. Segundo especialistas em Direito do Consumidor e Constitucional, só pode haver repressão com a confusão já armada.

Seguranças que barrarem as pessoas sem um motivo objetivo (como porte de arma) podem ser acusados de discriminação, já que é difícil distinguir quem chegou por diversão ou para causar tumultos. Na pior das hipóteses, um sujeito que de fato tinha intenção de tumultuar, mas foi vetado, pode até se fazer de vítima, alegando que foi humilhado.

"Isso faz parte do risco do negócio. O shopping não vai poder vetar o ir e vir", diz o advogado e professor de Direito do Consumidor Renato Porto.

"Você não pode fazer triagem na porta com base em critérios ilegítimos como a cara da pessoa", afirma o professor de Direito Constitucional da Universidade de São Paulo Virgílio Afonso da Silva.

Outro ponto questionável é exigir a identificação com documentos dos que forem considerados suspeitos. Pedir a identidade já é uma prática em muitas portarias de edifícios comerciais. O problema é quando apenas algumas pessoas são obrigadas a fazer isso: ou vale para todo mundo ou para ninguém.

Apesar do risco do preconceito, uma ala de juristas em prol do direito à propriedade argumenta que os shopping centers não são um espaço público, como ruas e praças. "O centro de compras não é domínio público de uso comum, mas um espaço privado aberto ao público", explica o professor emérito da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) Paulo Lôbo.

Autuação. Cobrar a multa dos supostos arruaceiros também não é tarefa simples. Depois de identificados, os participantes são ouvidos em audiência e só pagarão o valor ao final da ação.

14 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

RÉUS

Justiça aceita denúncia contra pais de Joaquim

A Justiça aceitou a denúncia contra a psicóloga Natália Minguone Ponte, de 29 anos, e o técnico em sistemas de informática Guilherme Raymo Longo, de 28. Assim, eles passam a ser acusados no processo que trata da morte do menino Joaquim Ponte Marques, de 3 anos, ocorrida em novembro. Os dois devem responder por homicídio triplamente qualificado, sendo o padrasto acusado ainda de ocultação de cadáver – o corpo foi achado em um rio de Barretos cinco dias após o desaparecimento.